

Livro nº 34 - CA

1 Ata da reunião ordinária nº 1459 do
2 Conselho de Administração da
3 Universidade Estadual de Londrina
4 - UEL, realizada no dia 29 de julho
5 de 2020.

6 No dia 29 do mês de julho, do ano de dois mil e vinte, às quatorze horas
7 e trinta minutos, na sala virtual link meet.google.com/wuh-ryqb-hfo, em
8 razão do isolamento social, decorrente da pandemia de coronavírus,
9 reuniu-se o Conselho de Administração, sob a presidência do reitor,
10 Prof. Dr. Sérgio Carlos de Carvalho, com a presença do vice-reitor Prof.
11 Dr. Décio Sabbatini Barbosa e dos seguintes Conselheiros: Viviane
12 Aparecida Bagio Furtoso, Paulo César Meletti, Silvano César da Costa,
13 Tânia Lobo Muniz, Ailton José Petris, Gilmar Aparecido Altran, Aron
14 Lopes Petrucci, Leandro Ricardo Altimari, Laura Fernanda
15 Martimbianco, Azenil Staviski, Marta Regina Gimenez Fávaro, Mara
16 Solange Gomes Dellaroza, Mário Sérgio Mantovani, Fabiano Medeiros,
17 Vivian Feijó, Denilson Braga Porto, Silvia Borba, Silvia Marcia Ferreira
18 Meletti, Jose Roberto Pinto de Souza. Convidados: Edmarlon Giroto,
19 Gilson Bergoc, Alberto Durán Gonzáles, Lisiane Freitas de Freitas,
20 Deise Mary Garbelini Bergamin, Héliom Leão Lino Júnior, Neide Maria
21 Jardinette Zaninelli. **ORDEM DO DIA - Item 1 – Discussão e votação**
22 **da ata da reunião 1456.** Incluir Denilson como presente na reunião. P.
23 250 linhas 32 e 36 Trocar Beto por Alberto. p. 250 linha 30:
24 revitalização. **(Aprovada por unanimidade).** **Item 2 - Discussão e**
25 **votação da ata da reunião 1457.** Sem alterações. **(Aprovada por**
26 **unanimidade).** **Item 3 - Discussão e votação da ata da reunião 1458.**
27 Sem destaques. **(Aprovada por unanimidade).** **Item 4 - Processo**
28 **6554/2020 – GABINETE DA REITORIA – deliberar acerca da minuta**
29 **de resolução que regulamenta a modalidade de bolsas para a**
30 **residência técnica em Gestão Pública, na Universidade Estadual**
31 **de Londrina** – Relatores: Prof. Dr. Mário Sérgio Mantovani e Profa.
32 Dra. Vera Lúcia Tieko Suguihiro. Prof. Mario Sérgio relata que esse
33 projeto está na terceira edição e vem obtendo êxito desde o primeiro
34 ano de atividades. Do processo consta a lei que o criou, bem como o
35 termo de convênio, que foi assinado pela SETI e todos os reitores. A
36 edição de 2020 iniciou com atraso por causa da pandemia. A UEL conta
37 com 15 residentes, pagos pelo Fundo Paraná e a contrapartida da UEL
38 é de 40%, ou seja, 06 bolsistas. A Procuradoria Jurídica da UEL alertou
39 para acrescentar a palavra **até** 24 meses, como período de pagamento
40 das bolsas, em razão de que o próprio Governo pode ter problemas de
41 recursos e comprometendo a saúde financeira do Estado. A Profa. Vera
42 Suguihiro ressalta que esta edição conta com a participação das sete

1 IES do Paraná, nas anteriores a UENP e UNIOESTE ainda não haviam
2 ingressado. Coordena o Polo Londrina, com apoio do Tales e da Gorett,
3 que estes dão a sustentação do trabalho administrativo, que também é
4 uma contrapartida das universidades. Nessa terceira edição, há a
5 participação de outras Secretarias de Estado SEAP, SEDEST,
6 SEJUSC, SEFA, SESP e todas entraram nesse programa como
7 parceiros, mas as próprias secretarias é quem pagam as suas
8 respectivas bolsas, a SETI só paga as bolsas das universidades. O
9 valor da bolsa é de R\$ 1.900,00, mensal e salienta que estes bolsistas
10 fazem parte de um programa de formação profissional, eles não são
11 servidores, não são mão de obra. É um programa de Formação em
12 Serviço. Acompanhando a parte prática, eles fazem um curso de
13 especialização em EAD, em Gestão Pública. Todos os nossos
14 residentes têm acompanhamento direto de um supervisor dentro da
15 área da formação. Temos todo um controle sistemático da produção
16 das atividades que esses residentes desenvolvem. Mensalmente, os
17 supervisores encaminham três relatórios para o Polo Londrina. Todos
18 os meses esses residentes são avaliados. Fizemos uma reunião com
19 todos os supervisores. Discutimos item por item do Regimento, para
20 que não houvesse nenhuma dúvida sobre o acompanhamento e sobre
21 o trabalho do supervisor do residente. O Prof. Sérgio ressalta que
22 professora Vera Suguihiro teve uma participação fundamental nesse
23 processo, porque essa edição foi muito difícil de consolidar. Queriam
24 reduzir o trabalho dos supervisores, em um conceito um pouco
25 equivocado, mas a Profa. Vera foi contundente em dizer que é um
26 trabalho de formação em serviços. E são pessoas que saem bem
27 formados ao mercado de trabalho. Prof. Silvano diz que o programa é
28 bastante importante. Tem dúvidas sobre o art. 3º da resolução, em que
29 estabelece que o bolsista precisa se manter vinculado ao curso de
30 especialização em gestão pública. Mas na página do programa, no
31 curso, está escrito que esta pós-graduação é voltada para servidores
32 públicos, desse modo, parece um pouco contraditório. Profa. Vera
33 esclarece que são duas questões. A residência técnica é uma atividade,
34 um programa. O Curso de Gestão Pública é aberto a todos os
35 servidores públicos do Estado. Nós universidades solicitamos as vagas
36 para nossos estudantes participarem do curso de especialização, sem
37 serem funcionários públicos, então, foi algo a mais no programa de
38 residência em gestão pública. Porque entendemos que como estão em
39 processo de formação, precisam ser qualificados para a atuação futura
40 nesse âmbito. É uma cota à parte que as Universidades ganharam, por
41 serem da residência técnica. Ao final da residência técnica e do curso
42 de gestão pública, esses residentes apresentam um TCC, em forma de

1 artigo, a uma banca composta por três docentes. Então, esses
2 residentes saem com uma formação acadêmica e também profissional.
3 Prof. Silvano salienta que nos últimos tempos temos concedido
4 algumas bolsas e subsídios, como o caso da moradia estudantil, e
5 agora vem essa bolsa das residências, e, com isso, se preocupa com
6 a saúde financeira da Universidade. O Governo tem repassado algum
7 aporte? Prof. Sérgio esclarece que o Governo não tem repassado. Mas
8 já solicitou à PROPLAN para elaborar ofício pedindo o
9 descontingenciamento e suplementação de recursos. Foram cortadas
10 várias despesas Institucionais. Mas temos conseguido abarcar todas
11 essas demandas até o presente mês. Algumas despesas estão sendo
12 repassadas para a UEL, a exemplo das residências da Odontologia e
13 da Veterinária, eram do Estado e agora estão sendo repassadas para
14 a Universidade. É o caso das bolsas indígenas também. O Estado está
15 colocando essas despesas dentro do custeio da Universidade. E já
16 avisamos à CUIA que teremos problemas com essas bolsas em breve.
17 As bolsas das residências da Odontologia e da Veterinária também
18 terão que ficar com o Estado. Precisamos fazer uma pressão política
19 para manter fora do nosso custeio. Prof. Gilson ressalta que além dessa
20 ajuda que tivemos com as residências, tivemos o retorno de alguns
21 residentes que passaram pela PROPLAN e PCU, e muitos deles
22 conseguiram empregos em setores públicos, pela experiência da
23 residência técnica. De fato, atingiram um nível de qualificação maior, a
24 partir da experiência na UEL. Há também reprovação no curso de pós-
25 graduação. Como fazem o TCC, às vezes, não conseguem fazer o
26 trabalho monográfico, ou alguns levam de forma relapsa a parte prática,
27 por isso, é importante a avaliação mensal. É um processo bastante
28 sério e que, de fato, prepara as pessoas para enfrentar as situações
29 que são diferentes do mercado de trabalho atual, diferente do setor
30 público. **(Aprovado por Unanimidade). Item 5 - Processo 2815/2020**
31 **– CASA DE CULTURA – deliberar acerca do Relatório do 39º**
32 **Festival Internacional de Música** – Relatora: Maria Helena Ribeiro
33 Bueno. RETIRADO DE PAUTA, para correções, a pedido da Casa de
34 Cultura. **Item 6 - Processo nº 10292/2020 – PROPPG/PRORH –**
35 **deliberar acerca da minuta de resolução CA/CEPE que**
36 **regulamenta formas de vínculos não-funcionais no quadro de**
37 **pessoal da Universidade Estadual de Londrina (professores em**
38 **disposição funcional)** – Relatores: Profa. Dra. Silvia Meletti e
39 **Itamar Nascimento.** Profa. Silvia Marcia Ferreira Meletti inicia o relato
40 dizendo que esse processo foi desencadeado há algum tempo, em
41 razão do trabalho que esses docentes vêm desenvolvendo na
42 universidade, e especificamente nos últimos dois anos. Esses docentes

1 em disposição funcional, por falta de regulamentação interna ficam
2 impossibilitados a concorrem a editais de bolsas e de fomento externo.
3 Foi montada uma comissão com representantes de todas as pró-
4 reitorias acadêmicas e mais a PRORH e o resultado desse trabalho é
5 o que está posto no processo, em forma dessas resoluções. O que se
6 solicita é que seja alterada a redação do art. 2º, cuja redação passa a
7 ser: “Constituem categorias de vínculos não funcionais no quadro de
8 pessoal da universidade para fins desta resolução” e incluímos a oitava
9 categoria docente em disposição funcional. No art. 9ºA, sugere a
10 redação, docente em disposição funcional é o docente vinculado a
11 outra instituição de ensino superior pública no Estado do Paraná,
12 recebido na Universidade Estadual de Londrina, por período de tempo
13 definido com anuência da instituição de origem para desenvolvimento
14 de atividades de ensino, pesquisa e extensão mediante prévia
15 aprovação de plano de atividades específicos. Na sequência insere o
16 art. 9ºB artigo terceiro a seguinte redação, “funções especiais serão
17 atividades laborais, serviços e colaborações remuneradas ou não, que
18 não se encontrem previstas nas demais funções já estabelecidas no
19 art. 2º desta resolução. Parágrafo único – as funções especiais citadas
20 no caput deste artigo serão enquadradas por avaliação da Pró-Reitoria
21 de recursos humanos”. O Pró-Reitor de Recursos Humanos, Itamar
22 Nascimento, salienta que a disposição funcional em previsão pelo
23 Decreto 8466, mas não temos regulamentação interna. A PRORH os
24 cadastra como usuário especial, mas, esse perfil é um pouco restrito,
25 ficam privados de algumas atividades acadêmicas. A PRORH não vê
26 problemas no fato de estes docentes, com esse perfil, possam atuar em
27 outras áreas, mas, para isso, precisamos de uma resolução da UEL,
28 para inserir no sistema. Tivemos a ideia de fazer algo parecido como
29 professor sênior e após várias reuniões, a comissão chegou nesse
30 texto. Prof. Paulo Meletti reforça que no CCB, tem o caso do Prof.
31 Jefferson, que é muito proativo, mas sempre esbarra nessa barreira e
32 tem muitas ações que não pode assumir, por essa falta de
33 regulamentação. **(Aprovado por Unanimidade). Item 7 - Processo nº**
34 **6429/2020 – PROEX - deliberar acerca da minuta de resolução que**
35 **visa prorrogar a vigência de projetos de extensão, integrados com**
36 **ênfase em Extensão, e de prestação de Serviços/PAS, em virtude**
37 **da suspensão das atividades presenciais, provocada pela**
38 **pandemia de coronavírus.** – Relatora: Profa. Dra. Mara Solange
39 Dellaroza - Em função da pandemia, muitos processos estão com
40 alguns cronogramas atrasados e com muitas ações que podem ainda
41 ser realizadas, inclusive para ajudar a sociedade no combate à
42 pandemia. Então, estamos propondo uma renovação até janeiro para

1 que os os projetos possam se adequar e cumprir com os seus objetivos,
2 em proporção ao tempo que tiveram de restrição das atividades. Profa.
3 Viviane diz que havia entendido que estariam prorrogados os projetos
4 que teriam término previsto, mas lendo a resolução, está escrito que a
5 prorrogação é válida para os que ingressaram em março. Profa. Mara
6 diz que a proposta dessa resolução é realmente para aqueles que
7 foram cadastrados a partir de março, os projetos que estariam com o
8 término previsto para este ano, devem recorrer ao direito de pedir
9 prorrogação. Isso nós não deliberamos unanimemente a todos os
10 projetos, por meio de uma resolução, porque as condições são muito
11 variadas, há projetos que conseguiram continuar as suas atividades,
12 não despertam interesse em prorrogações, há projetos que, ao
13 contrário, tiveram suas atividades totalmente interrompidas, não têm
14 condições de retorno imediato, em função da especificidade da atividade
15 proposta, então fazemos uma prorrogação igual para todos, poderia
16 causar um tratamento diferenciado e, neste ponto, preferimos que cada
17 coordenador fizesse a sua decisão. Para os que se propuseram a iniciar
18 neste ano, que estavam em tramitação, nós entendemos que a
19 pandemia os atingiu no início das atividades, por isso que a proposta
20 da equipe técnica da PROEX foi prorrogar os que se iniciariam neste
21 ano, mas estamos conversando com todos os outros coordenadores
22 sobre a viabilidade, ou de interrupção, ou de prorrogação daqueles que
23 já estão em vigência. Profa. Viviane questiona se isso não vai na
24 contramão do artigo primeiro e no parágrafo primeiro? O art. 1º
25 estabelece que fica concedido, em caráter excepcional, a prorrogação
26 por 10 meses, a ser aplicada na vigência de projetos de extensão e que
27 estejam regularmente cadastrados. Então, compreende que são
28 projetos que já estão cadastrados. O parágrafo primeiro traz que a
29 prorrogação será contada a partir de 16 de março, data de suspensão
30 das atividades e será somada ao término previsto dos projetos. Depois,
31 lá na página 7 do processo, no anexo, há a data de aprovação e data
32 de início. Profa. Mara compreende que, após a explanação da Profa.
33 Viviane, realmente o texto precisa ser corrigido. A resolução entra em
34 vigor para todos os projetos. O calendário na página 7 são válidos para
35 os projetos cadastrados a partir de março, ou seja, teriam início a partir
36 de março, os outros cumprirão o prazo de dez dias de prorrogação de
37 maneira contínua, a partir do momento que esta resolução passa a
38 vigorar. A resolução inclui também os processos em execução. Profa.
39 Viviane diz que talvez seja melhor só ajustar o anexo. Prof. Aron
40 também menciona que a redação está confusa e os esclarecimentos os
41 deixaram mais confusos ainda. Os artigos se sobrepõem ao anexo. Isso
42 quer dizer que os projetos que foram aprovados até 16/03 recebem 10

1 meses de prorrogação? Profa. Mara responde que sim. Prof. Aron
2 resstalta que, sendo assim, então, precisa ser expresso na redação da
3 resolução. A pedido do reitor, o processo foi retirado de pauta para
4 ajuste de redação. **Item 8 - Processo nº 6756/2020 – ITEDES - ciência**
5 **do ofício nº. 102/2020 ITEDES Dir., encaminhado pelo Itedes, com**
6 **vistas a adequação à legislação de Fundações** – O relator Prof. Dr.
7 Sérgio Carlos de Carvalho diz que está trazendo esse processo aos
8 senhores para a ciência, que é um ofício do Itedes, por meio do qual
9 solicita um prazo a este Conselho, com vistas a sua adequação à lei
10 das fundações. Apresentam dois pedidos no ofício, tempo de 12 meses
11 para organização do Itedes, considerando que os organismos do
12 Ministério Público de Londrina que tratam especificamente da criação
13 de fundações de apoio, encontram-se em atividades suspensas e
14 dando prioridade à prestação de contas no âmbito das fundações,
15 devido à COVID-19, segundo informações repassadas à assessoria
16 jurídica do Itedes. O outro pedido centra-se na renovação dos
17 Programas de Atendimento à Sociedade – PAS, bem como os
18 convênios de ofertas de cursos de pós-graduação e demais eventos
19 para exercício de 2021, com vistas a não prejudicar o andamento
20 destes projetos. O reitor relata que foi realizada uma reunião com o
21 Itedes, quando o Gabinete foi comunicado, extraoficialmente pela
22 Assessoria de Auditoria Interna da UEL, que houve uma mudança na
23 legislação, no que tange à relação da universidade com as fundações
24 de apoio, de maneira que a universidade não poderia firmar convênios,
25 com remuneração de qualquer natureza, a não ser com suas fundações
26 de apoio. Sabendo disso, procuramos o Itedes, salientamos a
27 importância deles para a UEL. Mas com a pandemia e com todas as
28 ações emergenciais que nós tivemos que desenvolver, esse assunto
29 ficou parado, por um tempo. Mas, retomamos em maio, resgatando a
30 conversa que tivemos em dezembro com o Itedes. Como estamos com
31 o Ministério Público sempre fiscalizando as nossas ações, precisamos
32 retomar essa formalização, com certa urgência. A ideia é que nós temos
33 um problema comum. O Itedes deseja continuar operando com a UEL
34 e a UEL também tem vontade de seguir com o trabalho do Itedes. Foi
35 uma conversa muito boa. Estabeleceram uma tratativa e nós
36 solicitamos um documento formal e foi o que encaminharam. Nessa
37 tratativa, pediram 12 meses. A nossa intuição é que a transição não dá
38 para ser muito lenta. Temos projetos em andamento. Fazer essa
39 engenharia financeira pode causar problemas financeiros ao Itedes e
40 não é a nossa intenção. Há uma vontade do Itedes em se transformar
41 em fundação e isso precisa ser considerado. Observa que 12 meses é
42 razoável, mas se tivermos a detecção disso por órgãos de controle,

1 poderemos ter problemas. De qualquer maneira, se resolvermos
2 romper a relação com eles, teremos problemas financeiros e não temos
3 a certeza se a FAUEL consegue abarcar todos os projetos nesse
4 momento. Podemos estabelecer um grupo do C.A, para conversar com
5 o Itedes e avaliar as condições, além de elaborar um cronograma com
6 o que será feito nesses 12 meses. O Ministério Público que cuida das
7 fundações está com as atividades suspensas agora, mas, quando
8 retornar à normalidade, podemos ser surpreendidos. Se o Tribunal de
9 Contas resolve nos questionar, estamos descobertos, se não tivermos
10 um cronograma. Talvez pudéssemos estabelecer uma negociação,
11 com um cronograma e que haja acompanhamento do cumprimento
12 dessas ações. Seria uma espécie de Ajustamento de Conduta. O C.A
13 pode acompanhar isso também a cada 40 dias, por exemplo. Profa.
14 Tânia diz que essa situação relatada a traz preocupação, pela forma
15 como está posta. Quem precisaria fazer esse processo, não é a UEL,
16 mas sim, o Itedes. Podemos até acompanhar a transição, mas quem
17 tem que fazer é o Itedes. Esse documento não apresenta o que será
18 feito, quais as ações serão desencadeadas, quais tratativas terão. Além
19 disso, os 12 meses se iniciariam a partir do término da pandemia. É
20 muito tempo. Temos um prazo para as turmas novas de cursos de
21 especialização. Existe uma ilegalidade e se vamos aprovar essas
22 turmas sabendo que há essa ilegalidade, não dá para votar pela
23 aprovação. O Ministério Público vai nos questionar. Permanecer na
24 irregularidade é uma situação complexa. As Fundações não são da
25 Universidade. As fundações apoiam a Universidade. O caminho é
26 inverso, é o Itedes que precisa se regularizar. Prof. Silvano diz que
27 temos que dar oportunidade para que o Itedes se transforme em
28 Fundação. A ideia do cronograma é interessante. Mas a situação dos
29 convênios novos realmente é um complicador. Talvez teríamos que
30 apontar um prazo para eles se transformarem em Fundação. Aos
31 convênios novos, poderíamos acrescentar uma cláusula de que se eles
32 não se regularizassem, já poderiam fazer o repasse dos recursos para
33 a FAUEL. Salutar a ideia de ter mais fundações, aumentaria a
34 concorrência e também a qualidade. Ao invés de 1 ano, talvez 8 meses,
35 6 meses, para não engessar esses novos convênios que iniciam agora
36 em agosto. Prof. Aron ressalta que a Auditoria Interna apontou uma
37 situação irregular, que vem se arrastando desde 2016. Tomamos
38 ciência. Nós acionamos o Itedes. Temos todos os registros. O fato de
39 darmos uma chance, um prazo, não faz desaparecer a ilegalidade. No
40 CTU já houve reunião entre os coordenadores e decidiram não elaborar
41 mais convênios com o Itedes, enquanto esta questão não for
42 regularizada. O CTU já tomou essa decisão. Não é uma questão de

1 interpretação, é aplicação de uma lei. Acha a ideia do Prof. Silvano
2 complicada, ficaria um acordo tripartite. Sugere que o Itedes
3 protocolasse a demanda deles no MP e eles lá que decidissem quando
4 retomassem as atividades. Prof. Leandro diz que não nos cabe a
5 condução desse processo. Cabe ao Itedes. Poderíamos por interesse
6 institucional, atuar na transição daquilo que já existe. Daquilo que já
7 está posto. Seria prudente dar um período, mas, não após a pandemia,
8 após o início do encaminhamento. Eles precisam começar os trabalhos
9 de regularização de uma fundação imediatamente. Quando tomamos
10 ciência dos apontamentos da AAI, não temos condições mais de seguir
11 com o Itedes, para os novos convênios. Podemos participar de um
12 processo de transição. Prof. Airton insiste que a única coisa que
13 podemos fazer é seguir a regra, seguir a legislação. Enquanto não virar
14 fundação, não tem projeto novo. Os que estão andando seguem até o
15 prazo final estabelecido no convênio firmado. Não dá para penalizar o
16 Itedes com os que já estão em andamento. Mas, convênios novos, é
17 inviável. Nenhum promotor ou juiz vai compreender novos projetos,
18 sabendo dessa irregularidade. Por sugestão do reitor, o processo é
19 retirado de pauta. Profa. Lisiane convocará outra reunião do C.A, já
20 para segunda-feira, 03 de agosto, juntamente com o Itedes, como
21 convidado. **INFORMES** - Prof Sérgio informa que para darmos conta do
22 compromisso assumido no C.A e no CEPE, de inclusão digital, a
23 Administração da Universidade está buscando recursos. Procuramos
24 todos os deputados, sociedade civil, com o longo relatório que das
25 atividades que estamos realizando nesse período de pandemia.
26 Enviamos a todos os deputados da ALEP e colocamos a nossa
27 demanda em torno de 1,5 milhões para um período de 12 meses.
28 Conversamos com o deputado Evandro Araújo, que não é da região,
29 mas, foi solidário. Parabenizou a UEL por ter voltado e a sua base tem
30 a Uem que está com dificuldades porque não havia ainda retomado o
31 calendário. E disse que a maior dificuldade de lá é a inclusão digital.
32 Ele leu a nossa demanda em sessão ordinária da ALEP e isso surgiu
33 efeito. O deputado Evandro Araújo pediu para encaminharmos a carta
34 para a Secretaria de Fazenda. Ele conversou pessoalmente com o
35 secretário, defendendo esse recurso para a nossa instituição. Ele e o
36 Dr. Tercílio Turini encaminharam formalmente o processo para o
37 Deputado Traiano, solicitando que ele pudesse dar encaminhamento
38 para nossa demanda, nisso, o deputado Tiago Amaral, também se
39 engajou em nossa defesa e solicitou recursos para nós. A SETI enviou
40 1.500 para dividir entre as universidades. Além de 1 milhão que a UEL
41 vai receber pela UGF. A SETI nos pediu um manual para o retorno
42 presencial. Colocamos os orçamentos do que seria necessário. Décio

1 está coordenando esse processo. Começou fazer um estudo de
2 materiais, equipamentos e mão de obra, porque para manter as
3 condições sanitárias, precisamos de no mínimo três vezes o nosso
4 número de zeladores. E tem que ser terceirizado, porque a carreira já
5 foi extinta. A PROPLAN fez uma estimativa modesta, mas, fizemos os
6 ajustes para as condições sanitárias e isso daria no mínimo 12 milhões
7 de reais. Porque se retomamos as atividades presenciais, a
8 responsabilidade é nossa e não do Estado. Com esses recursos,
9 daremos conta de inclusão de 2 mil estudantes. Estamos acelerando
10 os registros de preços, pegando carona nas licitações. Tivemos uma
11 ótima notícia, que o registro de preço que a UEM está cuidando, de um
12 valor inicial de 39 reais, saiu a R\$ 8,40 centavos por estudante. Assim,
13 201 mil reais, em 12 meses, para 2 mil estudantes. O Registro de
14 preços dos tablets está caminhando também. O financeiro e
15 orçamentário existe, agora temos que dar conta de gastar, mas,
16 cumprindo a legislação de utilização de recursos públicos. Enviamos a
17 mesma demanda à Sociedade Civil, fizemos um vídeo para eles
18 disseminarem entre os associados. Levamos os relatórios da UEL.
19 Informamos que havíamos retomado o calendário. Com isso, criamos
20 uma vacina contra a universidade. A reunião foi muito boa e o vídeo
21 muito propagado. A mesma tratativa fizemos com o Dom Geremias e
22 ele mesmo gravou um vídeo para nos ajudar e tem dado resultado.
23 Profa. Tania faz um agradecimento à PCU, por meio do Gilson. A PCU
24 fez a capina e ajudou enormemente o CESA que estava com problemas
25 com a dengue e já saíram da área de risco da dengue. O trabalho de
26 conservação do entorno dos prédios contribui com a nossa saúde.
27 Gostaria de agradecer também o trabalho da Neide e de toda a equipe
28 da Biblioteca e que a plataforma será viabilizada. Prof. Gilson agradece
29 também aos diretores que nos alertam quando o mato está alto. É
30 importante dizer que por não ter aulas, conseguimos dar conta da
31 capina de forma mais rápida, porque as máquinas atrapalham as aulas.
32 Nossa equipe está muito reduzida, então , agora estamos conseguindo
33 trabalhar nos horários de aulas. Prof. Silvano informa que o pessoal da
34 Comunicação da UPEG esteve no CCE, estávamos produzindo álcool,
35 fizeram matéria e isso será transformado em livro digital. Estão
36 coletando os materiais em todas as Universidades e agora irão ao HU
37 também. Prof. Azenil diz que precisa resolver a questão dos estornos
38 dos empenhos das obras. Prof. Aron diz que vários empenhos
39 retornaram ao Centro e ficou perdido, porque não sabe do que se
40 tratam. Prof. Gilson – agradece os diretores pela ajuda que tem dado
41 ao UEL solidária. Teremos que continuar com a campanha porque há
42 muitas famílias em condições de vulnerabilidade. Tivemos uma doação

Livro nº 34 - CA

1 de quase 300 livros que serão colocadas cestas que serão doadas,
 2 como um incentivo à leitura para as crianças. Prof. Airton relata a
 3 preocupação no CCS sobre os temporários e das vacâncias de
 4 docentes do segundo semestre do ano passado para cá. Vamos
 5 começar a receber algumas demandas de atividades de graduação.
 6 Não podemos cair nas excepcionalidades. De agosto do ano passado
 7 para cá houve um grande número de aposentadorias. Prof. Sérgio –
 8 podemos discutir nas próximas semanas. Prof. Airton – tem uma
 9 preocupação do término da concessão das ferramentas do google.
 10 Prof. Sérgio – não temos contrato com o google, mas estamos com
 11 essa preocupação também. Não temos como bancar. Se contratarmos
 12 só para os professores já nos gera uma despesa se mais de 2 milhões.
 13 Além disso, não podemos contratar o google, sem um processo
 14 licitatório. Poderemos tentar mais 6 meses de gratuidade. Prof. Silvano
 15 – sempre falamos dos docentes, mas a nossa preocupação são os
 16 técnicos. No caso do CCE estamos ficando sem técnico de laboratório.
 17 Prof. Sérgio – nosso apagão será maior ainda porque muitos desses
 18 cargos são extintos a vagar. Prof. Paulo – Itamar, teremos calendário
 19 para cadastro de reserva de temporários? Prof. Itamar – sim, haverá
 20 dentro do permissivo da resolução que foi aprovada no último CA. Nada
 21 mais havendo para tratar, o Prof. Sérgio Carvalho encerrou a reunião e
 22 eu, Deise Mary Garbelini Bergamin, Secretária Geral dos Órgãos
 23 Colegiados Superiores, lavrei esta ata, que após lida e aprovada será
 24 assinada por mim e pelos membros do Conselho presentes na reunião.

25
 26 Sérgio Carlos de Carvalho
 27 Reitor

28
 29 Décio Sabbatini Barbosa
 30 Vice-Reitor

31
 32 Viviane Aparecida Bagio Furtoso
 33 Diretora do Centro de Letras e Ciências Humanas

34
 35 Paulo Cesar Meletti
 36 Diretor do Centro de Ciências Biológicas

37
 38 Silvano Cesar da Costa
 39 Diretor do Centro de Ciências Exatas

40
 41 Tânia Lobo Muniz
 42 Diretora do Centro de Estudos Sociais Aplicados

43
 44 Airton José Petris
 45 Diretor do Centro de Ciências da Saúde

Livro nº 34 - CA

1		
2	Gilmar Aparecido Altran	_____
3	Diretor do Centro de Educação, Comunicação e Artes	
4		
5	José Roberto Pinto de Souza	_____
6	Vice-Diretor do Centro de Ciências Agrárias	
7		
8	Aron Lopes Petrucci	_____
9	Diretor do Centro de Tecnologia e Urbanismo	
10		
11	Leandro Ricardo Altimari	_____
12	Diretor do Centro de Educação Física e Esportes	
13		
14	Sílvia Borba	_____
15	Representante dos servidores técnicos administrativos	
16		
17	Fabiano Medeiros	_____
18	Representante dos servidores técnicos administrativos	
19		
20	Denilson Porto	_____
21	Representante suplente dos servidores técnicos administrativos	
22		
23	laura martimbianco	_____
24	Representante discente	
25		
26	Silvia Meletti	_____
27	Representando a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação	
28		
29	Mário Sérgio Mantovani	_____
30	Pró-Reitor de Planejamento	
31		
32	Azenil Staviski	_____
33	Pró-Reitor de Administração e Finanças	
34		
35	Mara Solange G. Dellaroza	_____
36	Pró-Reitor de Extensão, Cultura e Sociedade	
37		
38	Marta Regina Gimenez Favaro	_____
39	Pró-Reitora de Graduação	
40		
41	<u>CONVIDADOS</u>	
42		
43	Gilson Jacob Bergoc	_____
44	Prefeito do Campus Universitário	
45		
46	Neide Zaninelli	_____
47	Diretora da BC	
48		
49		

Livro nº 34 - CA

- 1 Vivian Biazon
- 2 Diretora do Hospital Universitário
- 3
- 4 Edmarlon Girotto
- 5 Diretor da Farmácia Escola
- 6
- 7 Helion Leon Lino Júnior
- 8 Diretor da Clínica Psicológica
